



08  
Adilson

ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE ILHA DAS FLORES

Rua Graccho Cardoso, 92 – Centro – Ilha das Flores – Sergipe  
(79) 3377-1000 CNPJ 13.111.224/0001-12  
E-mail: licitacaopmf@outlook.com

TERMO DE REFERÊNCIA  
(art. 18, II e art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133/2021)

Órgão Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE GESTÃO PARA APRENDIZAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES-SE, CONFORME NECESSIDADES E PARTICULARIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES/SE.

1.0 – DEFINIÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL (art. 6º, inc. XXIII alínea “a” da Lei nº 14.133/2021):

Item	Descrição	Quant.	Unid.
01	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE GESTÃO PARA APRENDIZAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES-SE, CONFORME NECESSIDADES E PARTICULARIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES/SE	01	serviço

1.1. Cronograma de Execução:

Forma de execução:	( ) Imediata ( x ) Parcelada/Contínua
Local do serviço:	Forma presencial e remota quando da necessidade
Prazo de início do serviço:	Após ordem de serviço
Data do serviço:	Após ordem de serviço
Prazo de execução:	06 meses

1.2 – O contrato terá o prazo de vigência de 06 meses contados a partir da data da sua assinatura.

1.2.1 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

2.0 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inc. XXIII alínea “b” da Lei nº 14.133/2021):

O contrato deverá estar fundamentado em sua plenitude aos termos do Termo de Referência,



09  
Adyson

**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ILHA DAS FLORES**

Rua Graccho Cardoso, 92 – Centro – Ilha das Flores – Sergipe  
(79) 3377-1000 CNPJ 13.111.224/0001-12  
E-mail: licitacao@mif@outlook.com

regulamentos e demais normativos aplicáveis a matéria.

3.0 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6º, inc. XXIII alínea “c” da Lei nº 14.133/2021):

A solução mais vantajosa para a Administração Pública no caso em questão é optar pelos serviços que só possam ser prestados por profissionais ou empresas de notória especialização.

04 – REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO (art. 6º, inc. XXIII alínea “d” da Lei nº 14.133/2021):

A Habilitação Jurídica será comprovada mediante:

4.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual.

4.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

4.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

4.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

A Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista será comprovada mediante:

4.5 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

4.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação, com seus respectivos prazos de validade em vigor.

4.7 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na forma de lei específica;

4.8 Prova de Regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma de lei específica;

4.9 Regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), na forma de lei específica;

4.10 Prova de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos, na forma de lei específica;

4.11 Declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos;

4.12 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante

4.13 A Qualificação Técnica será comprovada mediante:



10  
Helyson

**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DE ILHA DAS FLORES**

Rua Graccho Cardoso, 92 – Centro – Ilha das Flores – Sergipe  
(79) 3377-1000 CNPJ 13.111.224/0001-12  
E-mail: licitacaopmf@outlook.com

4.13.1 Comprovação de notória especialização

5.0 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inc. XXIII alínea “e” da Lei nº 14.133/2021):

A CONTRATADA deve se comprometer, na confidencialidade das informações levantadas durante o serviço.

I – A CONTRATADA deve se comprometer apenas na prestação do serviço consistente na proposta.

6.0 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inc. XXIII alínea “f” da Lei nº 14.133/2021):

6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

6.2 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, e informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.3 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

6.4 Fica designada como fiscal do contrato a Srª. MARCIA SANTOS RAMALHO RODRIGUES e como gestora do contrato a Srª. CONCEIÇÃO PEREIRA SANTOS.

7.0 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inc. XXIII alínea “g” da Lei nº 14.133/2021):

7.1 Condições de pagamento:

O pagamento será efetuado da seguinte forma: Mensalmente em até 10 dias do mês subsequente à prestação do serviço após atesto da fiscalização.

7.2. O pagamento será efetuado quando do êxito da prestação do serviço, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) e liquidada(s);
- b) Prova de regularidade junto às Fazendas Federal e INSS, Estadual e Municipal, FGTS e CNDT, válidas no prazo mínimo de 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal.

7.3. Os documentos de cobrança relacionados acima deverão ser apresentados no endereço da sede da Prefeitura Municipal de Ilha das Flores/SE, dos quais após atestados pela autoridade competente e aprovados pelo Fiscal do Contrato, serão encaminhados ao Setor Financeiro para fins de liquidação da despesa e inclusão na lista classificatória de credores;

7.4. O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º §2º, Inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. A ordem cronológica referida no item 7.4 poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas hipóteses previstas no art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

8.0 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO (art. 6º, inc. XXIII alínea “h” da Lei nº 14.133/2021):

a) A solução mais vantajosa para a Administração Pública no caso em questão é optar por empresas que comprove deter notória especialização.



11  
Hidryson

ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE ILHA DAS FLORES

Rua Graccho Cardoso, 92 – Centro – Ilha das Flores – Sergipe  
(79) 3377-1000 CNPJ 13.111.224/0001-12  
E-mail: licitacaopmif@outlook.com

b) O serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

9.0 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inc. XXIII alínea “i” da Lei nº 14.133/2021):

R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

10.0 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inc. XXIII alínea “i” da Lei nº 14.133/2021):

UO: 02009 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
2009 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 30%  
33903900 1540001 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

11.0 Este processo está em acordo ao art 5º e art. 11º, I e IV da Lei 14.133.

Ilha das Flores/SE, 26 de janeiro de 2026.

  
MARCIA SANTOS RAMALHO RODRIGUES  
COORDENADORA PEDAGÓGICA